

1 No dia 26 de outubro de 2011, na sala de reuniões do MMA, térreo, 505N, do Ed. Marie Prendi
2 Cruz, Brasília óDF, realizou-se a 46ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de
3 Biodiversidade ó CONABIO. Estavam presentes os seguintes membros da Comissão: Sr.
4 **Braulio Ferreira de Souza Dias** (presidente), Sra. **Daniela America Suarez Oliveira** (titular),
5 Sr. **Lídio Coradin** (suplente) representantes do Ministério do Meio Ambiente ó MMA; Sr.
6 **David Conway Oren** (suplente) representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
7 - MCTI; Sr. **Kleber Souza dos Santos** (titular) representante do Ministério da Agricultura,
8 Pecuária e Abastecimento ó MAPA; Sr. **Maximiliano Ariezo** (suplente) e Sra. **Larissa Costa**
9 representantes do Ministério das Relações Exteriores - MRE; Sr. **Victor Hugo Cantarelli**
10 (suplente) representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
11 Renováveis ó IBAMA; Sra. **Nanuza Luiza de Menezes** (titular) representante da Academia
12 Brasileira de Ciências ó ABC; Sr. **Miguel Trefaut Urbano Rodriguez** (suplente) representante
13 da ó SBPC; Sra. **Elisa Romano Dezolt** (suplente) representante da Confederação Nacional da
14 Indústria ó CNI; Sra. **Maria Adélia de Oliveira** (titular) representante do Fórum Brasileiro de
15 ONGs e Movimentos Sociais ó FBOMS; Sr. **Alberto Marques Santos** (suplente) representante
16 da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura ó CONTAG; Sra. **Raquel de**
17 **Oliveira Alves** representante do ó MPOG; Sra. **Patrícia Medeiros** representante do Ministério
18 da Defesa ó MD; Sra. **Francisca Menezes**, Sra. **Keila Juarez**, Sra. **Carla Michely Yamaguti**
19 **Lemos** e Sra. **Andreina Valva** técnicas da SBF/MMA. Também estava presente nesta reunião
20 a Sra. **Gláucia Jordão Zerbini** membro da Secretaria Executiva da CONABIO. A pauta da
21 reunião compreendeu os seguintes itens: 1. ABERTURA; 2. APROVAÇÃO DA PAUTA; 3.
22 APROVAÇÃO DA ATA; 4. ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO, 4.1. Calendário das
23 Reuniões Ordinárias da CONABIO em 2012; 5. ASSUNTOS PARA DISCUSSÃO, 5.1. Temas
24 a serem abordados pela CONABIO EM 2012; 6. INFORMES, 6.1. Preparativos para a 15ª
25 Reunião do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico da CDB ó
26 SBSTTA 15, a ser realizada de 7 a 11 de novembro de 2011, em Montreal, Canadá (MRE), 6.2
27 Primeira Reunião Plenária da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços
28 dos Ecossistemas (IPBES), realizada de 3 a 7 outubro de 2011, em Nairobi/Quênia (MRE), 6.3.
29 Programa Bolsa Verde (Andrea Oncala ó SEDR/MMA), 6.4. Reunião da Câmara Técnica
30 Permanente de Coleções (David Oren ó MCT), 6.5. Reuniões de Consulta à Sociedade Civil,
31 Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais no Âmbito da Iniciativa "Diálogos sobre
32 Biodiversidade: Construindo a Estratégia Brasileira para 2020" (Carla Lemos ó SBF/MMA),
33 6.6. Comitê da Conta TFCA; 7. OUTROS ASSUNTOS; 8. ENCERRAMENTO. O Sr. **Braulio**
34 **Dias** deu início à reunião às 10h00 esclarecendo os assuntos a serem abordados e propôs uma
35 alteração na ordem dos itens da pauta, que os itens: 6.1, 6.2 e 6.5 fossem tratados antes do item
36 4 e solicitou que a Sra. **Larissa Costa** desse início ao item 6.1. A Sra. **Larissa Costa** informou
37 que a reunião do SBSTTA 15, a ser realizada de 7 a 11 de novembro de 2011 em Montreal, está
38 dividida em três blocos de temas, o primeiro bloco seria as questões de relevância científica e
39 tecnológica para a implementação do plano estratégico de biodiversidade 2011/2020 e,
40 consequentemente, das metas de Aichi. O segundo bloco seria um bloco de questões
41 relacionadas a decisões da COP 10 em relação à restauração de ecossistemas, a biodiversidade
42 aquática, espécies exóticas invasoras, taxonomia, todos os outros temas a serem encaminhados
43 as decisões da COP 10, e o último bloco trataria das questões para melhor aprimorar o
44 funcionamento do SBSTTA, compreendendo a relação entre o SBSTTA com o IPBES.
45 Antecipou que este último item será tratado no SBSTTA 16 que irá acontecer no final de
46 abril/início de maio de 2012. Informou ainda que no SBSTTA 15, a expectativa é de que as
47 discussões sobre os indicadores, marcadores e racionalidade técnica para a implementação da
48 estratégia de biodiversidade sejam os temas que deverão ensejar maior discussão, e a previsão é

49 de que essa discussão aconteça em plenária. Informou que a COP 10 solicitou a criação de um
50 grupo de peritos que atualizassem os indicadores globais, já existentes em relação à estratégia
51 2011/2020, e elaborasse um guia sugestivo de novos indicadores para verificar a implementação
52 da estratégia. Informou que esse grupo se reuniu em junho de 2011 no Reino Unido e produziu
53 um extenso relatório com guia bastante extenso de indicadores, um guia sugestivo de
54 indicadores globais, e o que eles chamam de sub-globais, para a adoção dos Estados, deixando
55 claro que é um guia sugestivo e que a utilização desses indicadores pelos Estados vai depender
56 da adequação desses indicadores a suas estratégias nacionais e planos nacionais. Uma lista de
57 quatro perguntas gerais que eles chamam de "Poly questions", foi criada para os possíveis
58 indicadores: "Qual é o status da alteração da biodiversidade?", "Por que é que nós perdemos
59 biodiversidade?", "Quais as implicações dessa perda?". "O que os Estados estão fazendo para
60 minimizar esta perda de biodiversidade?". Explanou que foram elaboradas séries de planilhas,
61 nas quais eles expõem de maneira distinta a relação desses indicadores sugeridos com as metas
62 e com a estratégia de 2011/2020 e que no SBSTTA 15 deverá ser discutido a adequação desses
63 indicadores. Sugeriu que a CONABIO fizesse reuniões de coordenação para tratar desse
64 assunto. O **Sr. Braulio Dias** concordou com a Sra. Larissa Costa em suas colocações e
65 acrescentou que a discussão da definição dos indicadores não é uma discussão nova na CDB.
66 Informou também que, informalmente, foi constituído uma rede de instituições cooperantes
67 trabalhando com indicadores de biodiversidade, como a sigla **BIP**, que reúne várias instituições
68 globais e nacionais que queiram cooperar. Informou também que, com base em reuniões de
69 grupos de experts ad hoc, o secretariado da CDB preparou para as reuniões do SBSTTA
70 documentos técnicos para esses indicadores que se consideravam já prontos para serem
71 utilizados. Cada um desses indicadores veio a ter um documento próprio, dizendo qual é a
72 experiência internacional, quais são as principais fontes de informação, como é calculado, qual a
73 fórmula de cálculo, questões conceituais, enfim, toda uma conceituação e uma definição técnica
74 clara para padronizar o uso desses indicadores. Informou também que na COP 10 foi aprovado
75 o novo plano estratégico da convenção para os próximos dez anos, de 2011 a 2020, que recebeu
76 a denominação de "Metas de Aichi". Afirmou que sabe que o secretariado pediu a uma
77 iniciativa internacional chamada **Geobom**, um programa de redes de instituições cooperantes de
78 observação da biodiversidade que preparasse um relatório para a CDB sobre qual era a
79 avaliação deles sobre a disponibilidade de indicadores. Informou também que este relatório está
80 disponível no site desde maio de 2011. Informou que existe também o material do Ateg que se
81 beneficiou disso e que faz recomendações para essa reunião do SBSTTA. Colocou também que
82 toda essa documentação da reunião do SBSTTA está disponível no site da convenção. Sugeriu
83 que seria interessante que os membros da Conabio dessem uma olhada no relatório antes da
84 reunião do SBSTTA para eventuais questionamentos ou sugestões a serem levantados tanto pelo
85 MMA quanto pelo Itamaraty, para ser levado em consideração nas discussões. Em seguida
86 informou que as metas globais devem ser metas orientadoras gerais e que cada país tem
87 autonomia de fazer os seus ajustes. Nesse sentido a SBF/MMA disparou uma iniciativa
88 chamada "Diálogos sobre Biodiversidade", promovendo consultas a diferentes setores da
89 sociedade, aos governos estaduais, e dentro do Governo Federal para discutir como internalizar
90 essas as metas de Aichi no país. Informou ainda que para se consolidar as novas estratégias e
91 metas nacionais, será necessário enfrentar a discussão de indicadores, e que esses indicadores
92 discutidos lá fora, servirão como uma referência, mesmo que seja adotado algum indicador
93 diferente aqui no Brasil, em função de ajustes que se entenda necessários, deve ser feito de tal
94 forma que haja a possibilidade de diálogo entre indicadores nacionais e indicadores
95 internacionais. Ressaltou que esta questão é importante e que deve ser vista pela CONABIO.
96 Questionou à Sra. Larissa Costa quais são os documentos necessários para serem vistos. **Sra.**

97 **Larissa Costa** informou que são os documentos 2 e 3 e o informativo 6 referente ao relatório do
98 Ateg. **Sr. Braulio Dias** informou então que estes documentos estão disponíveis no site da CDB,
99 www.cbd.int, em reuniões do SBSTTA e que são de extrema importância. O **Sr. Lídio Coradin**
100 afirmou que este processo envolve o tema espécies exóticas invasoras. A **Sra. Larissa Costa**
101 informou que os documentos referentes a espécies invasoras são os 6 e 7. O **Sr. Braulio Dias**
102 passou a palavra ao **Sr. Kleber Santos** que sugeriu que esse material fosse enviado para a
103 Secretaria Executiva da CONABIO, como também para o Itamaraty, sendo a Sra. Larissa Costa
104 o ponto focal. A **Sra. Larissa Costa** sugeriu que fosse enviado para o correio eletrônico da
105 divisão de meio ambiente, dema@itamaraty.gov.br. O **Sr. Braulio Dias** finalizou o assunto do
106 item 6.1 e passou então para o item 6.2. Iniciou relatando como surgiu o IPBES e que este seria
107 o órgão de assessoramento científico e que não iria fazer prescrição de políticas, mas iria reunir
108 as informações científicas para subsidiar a definição, a tomada de decisões políticas em várias
109 instâncias, na instância global, regional, nacional e subnacional. Ressaltou que o relatório de
110 Busan é a peça chave que orienta o estabelecimento desse novo organismo. O Brasil, nas
111 negociações, insistiu muito que as avaliações deveriam ser õbotton-upõ, de baixo para cima, o
112 IPBES não teria responsabilidade de promover avaliações nacionais ou sub-nacionais, mas teria,
113 sim, uma função de coordenar avaliações sub-regionais, regionais e globais, e nós entendemos
114 que devia ser nessa sequência, debaixo para cima. E outro ponto que foi objeto de insistência do
115 Brasil é que o IPBES deveria ter um componente muito forte de capacitação, pois não é fácil
116 esta interface entre ciência e política. Informou que o IPBES possui quatro atribuições, de
117 acordo com as recomendações de Busan: : 1) promover a interface com os órgãos da academia
118 e, principalmente, com os órgãos de financiamento de ciência para ajudar a definir prioridades
119 de ciência para atender demandas de tomada de decisão política; 2) fazer avaliações; 3) fazer
120 capacitação para que cientistas e técnicos de governo saibam usar instrumentos de
121 planejamento, de modelagem e outros; e 4) utilizar-se dos resultados científicos para apoiar as
122 tomadas de decisão, sem entrar na arena de já propor decisões políticas, para não competir com
123 as instâncias políticas, com a própria CDB. Salientou que isso é o que resultou de Busan, e foi
124 encaminhado à ONU. Informou que, em dezembro de 2010, a assembléia geral da ONU
125 aprovou uma resolução longa que tem alguns parágrafos que fazem referência ao IPBES, então
126 a assembléia geral da ONU reconheceu a iniciativa e solicitou que fossem tomadas as
127 providências para a sua criação e a sua operacionalização. Informou também que com base
128 nisso o PNUMA teve uma reunião do seu conselho diretor de governança, em fevereiro de
129 2011, que aprovou que o Diretor-Executivo do PNUMA tomasse as iniciativas para organizar as
130 reuniões e foram planejadas duas reuniões de negociação final para a criação do organismo,
131 uma aconteceu na primeira semana de outubro de 2011 em Nairóbi e a segunda estava prevista
132 para meados de abril de 2012. Essa primeira reunião, tem como marco de referência o chamado
133 õBusan outcomesõ, que são os resultados da reunião de Busan, disponível em um site sobre
134 IPBES que tem toda a documentação dessa reunião de Nairóbi. Informou também que essa
135 reunião de Nairóbi tinha vários objetivos, um deles era detalhar a discussão sobre as funções e a
136 estrutura desse organismo, porque o documento de Busan deu orientações gerais, mas não
137 definiu com clareza todos os detalhes do funcionamento desse organismo. O segundo objetivo
138 chave era discutir como será selecionado o organismo que irá hospedar o IPBES, normalmente
139 são organizações da ONU, e no momento há quatro organizações interessadas em hospedar esse
140 organismo, em conjunto ou separadamente: PNUMA, Unesco, FAO e PNUD. Essas quatro
141 organizações estão interessadas em fazer parte da estrutura, porém, não está claro como vão
142 organizar isso. O IPCC (órgão científico da Convenção de Mudanças Climáticas) é hospedado
143 conjuntamente por dois organismos: o PNUMA e a Organização Meteorológica Mundial,
144 estabelecido na sede da Organização Meteorológica Mundial em Genebra. Na próxima reunião

145 de abril de 2012 sobre o IPBES as partes terão que discutir duas coisas: a primeira são as
146 diretrizes para a apresentação de propostas, confirmando o interesse de querer hospedar no todo,
147 ou em parte as atividades do IPBES.; a segunda questão é a localização física, geográfica,
148 porque vários países manifestaram a intenção de sediar esse organismo. Portanto, novamente
149 deve se definir regras para a apresentação de propostas concretas dos países para hospedá-lo.
150 Deve haver um processo formal de apresentação de propostas e de aprovação. O **Sr. Braulio**
151 **Dias** passou a palavra para o **Sr. Maximiliano Arienzo** que informou que o Itamaraty ainda não
152 recebeu o relato formal da reunião, com os resultados de Busan. Afirmou sobre as dificuldades e
153 conflitos gerados entre países e órgãos para a criação desse organismo. Colocou que dentro da
154 CONABIO deve ser discutido qual é o papel do Brasil para o centro de capacitação, o que
155 realmente se quer e o que se pode oferecer. O **Sr. Braulio Dias** salientou que isso deve ser
156 definido antes da próxima reunião da CONABIO em abril. Uma das questões seria se o Brasil
157 quer disputar para sediar o IPBES, o organismo internacional a ser criado, pois isto acarretará
158 obrigações que gerarão custos que, de acordo com a legislação nacional, obrigatoriamente têm
159 que ser avaliados pelo Congresso Nacional. Ressaltou também a importância do envolvimento
160 do MCT devido a sua função de definição da política de ciência e tecnologia no Brasil. O Sr.
161 Miguel Trefaut ressaltou a importância de que haja reciprocidade na forma de receber alunos do
162 exterior para virem estudar no Brasil. A **Sra. Keila Juarez** ressaltou a necessidade da troca de
163 idéias entre os países interessados em sediar o IPBES, sobre a estruturação do IPBES e sobre a
164 criação de um centro de capacitação, para serem discutidos na reunião de abril de 2012. O **Sr.**
165 **Braulio Dias** colocou a possibilidade de haver uma segunda reunião de consulta à academia, em
166 preparação para a reunião de abril. Sugeriu organizar, no início do ano de 2012 uma reunião
167 para chamar lideranças da academia brasileira para ajudar a pensar qual seria a melhor estrutura
168 que deveria ser dada ao IPBES. Ressaltou ainda outro item que constará da discussão que
169 ocorrerá na reunião de abril de 2012, que é o programa de trabalho inicial do IPBES. Sugeriu
170 que seria oportuno organizar um evento interno, brasileiro, com lideranças da academia para
171 colher mais subsídios. O **Sr. Braulio Dias** passou a palavra para **Sra. Carla Lemos** para tratar
172 do assunto de Diálogos sobre Biodiversidade, item 6.5 da pauta. Iniciou lembrando que o
173 objetivo desses diálogos é a elaboração e proposição de instrumentos legais, que possam nos
174 ajudar no alcance das metas de Aichi de biodiversidade. Relatou também sobre todos os
175 avanços e reuniões que foram realizadas em 2011. O **Sr. Braulio Dias** solicitou que fosse
176 apresentado que se discutiu na reunião com representantes do setor privado. A **Sra. Carla**
177 **Lemos** relatou a reunião com o setor privado que foi realizada nos dias 3 e 4 de agosto de 2011
178 e que os resultados dessa reunião deverão ser apresentados numa consulta pública que ocorreria
179 de dezembro a janeiro de 2012, sendo que em fevereiro de 2012 haveria uma reunião final com
180 alguns representantes dos setores consultados para dirimir qualquer dissenso ou fazer ajustes
181 nas metas, e assim ter os produtos esperados entre março e maio de 2012, para serem
182 apresentados na Rio+20, como o esforço do Brasil para a internalização das metas da CDB.
183 Informou ainda que haveria uma reunião com representantes da academia que ficou marcada
184 para os dias 17 e 18 de novembro, no Ministério do Meio Ambiente. O Sr. Braulio Dias
185 retomou a palavra para complementar que estão sendo feitas reuniões com outros Ministérios
186 para fechar a questão do marco legal. Informou que o modelo a ser seguido é o adotado para a
187 área de mudanças climáticas, que elaborou uma lei que aprovou o Plano Clima. Para atender a
188 esta demanda, cada ministério está apresentando planos setoriais de como contribuiu para
189 atingir as metas que foram decididas com relação à redução de emissões de gases do efeito
190 estufa. Esclareceu que para a área de biodiversidade está sendo discutido a elaboração de um
191 Projeto de Lei, inspirado no modelo adotado pelo setor de mudanças climáticas, criando-se
192 mecanismos semelhantes. Ressaltou que nessa discussão está se prevendo a existência de uma

193 instância colegiada que coordenaria todo o processo e deliberações, e uma instância consultiva
194 na forma de um fórum. A instância deliberativa colegiada poderia ser a CONABIO. Informou
195 que para tanto teria que ser dado uma nova atribuição à CONABIO com relação à atualização
196 das metas, acompanhamento das metas, definição dos indicadores no nível nacional, portanto,
197 seria necessário haver um decreto que faça os ajustes da estrutura da CONABIO visando
198 finalizar a consolidação das novas metas nacionais. Ressaltou que será encaminhada uma
199 minuta de decreto com o novo mandato e composição da CONABIO para todos os membros,
200 porém que a decisão sobre isso cabe ao governo federal e não à CONABIO. A **Sra. Elisa**
201 **Romano** ponderou sobre sua preocupação em relação ao aumento da composição da
202 CONABIO. O **Sr. Braulio Dias** compartilhou dessa preocupação, mas informou que isto já está
203 sendo levado em consideração. A **Sra. Carla Lemos** solicitou a palavra para propor que até o
204 dia 3 de novembro seja encaminhada a minuta do decreto, e que as respostas fossem enviadas
205 até o dia 12 de novembro. O Sr. Braulio Dias perguntou aos membros se este prazo de 10 dias
206 seria suficiente. Solicitou também que a Sra. Carla Lemos encaminhasse para todos os membros
207 da CONABIO uma lista das instituições que se fizeram representar até agora em todos os
208 eventos de consulta e mandar especificamente para o Sr. Kleber Santos (representante do
209 MAPA) informações sobre como é a estrutura dessas reuniões e qual formato que se tem
210 adotado. O MAPA colocou que o setor agropecuário não participou das reuniões dos Diálogos
211 sobre Biodiversidade e frisou a necessidade de ter um momento específico com o setor agrícola
212 para se discutir os Diálogos. O **Sr. Miguel Trefaut** questionou sobre o que se deu a respeito da
213 reunião sobre os ecossistemas de montanhas. O **Sr. Braulio Dias** disse que foi aprovado e que
214 foi negociado com o Ministério do Planejamento a aprovação de um novo PPA para os
215 próximos 4 anos, 2012 a 2015. Em seguida informou que a ministra Izabella Teixeira solicitou
216 ao Sr. Braulio Dias que coordenasse a elaboração, a consolidação de uma estratégia nacional de
217 conservação da biodiversidade com ênfase na questão de áreas protegidas e a questão do SNUC.
218 Informou que este trabalho já vem sendo feito através da equipe da diretoria de áreas protegidas,
219 junto ao Instituto Chico Mendes, na elaboração de um documento que a ministra possa
220 apresentar para a Presidência da República como um programa de governo, para enfrentar os
221 desafios de conservação da biodiversidade na criação de unidades de conservação. Colocou que
222 a constatação da ministra é que falta clareza de política nessa área, mostrando onde se quer
223 chegar e qual é a importância disso para o país, não só na área ambiental, como também na área
224 social, econômica, conservação de água, serviços ambientais, dentre outros. Informou também
225 que estão sendo feitas gestões junto à SAIN (Secretaria de Assuntos Internacionais do
226 Ministério do Planejamento), para encaminhar propostas de uso de recursos do GEF na área de
227 biodiversidade. Explicou que já foi aprovado um primeiro projeto para a conservação da
228 biodiversidade marinha e costeira no Brasil, onde foram solicitados 20 milhões de dólares do
229 GEF para investir nesta área que tem recebido muito pouca atenção. Informou que a SAIN já
230 endossou e que seria decidido na reunião de novembro de 2011 do conselho do GEF a
231 aprovação desse projeto. Informou também que foi feita uma nova proposta para o GEF com
232 relação à consolidação de ações de conservação em áreas continentais no Brasil, seria bem
233 oportuno conseguir fechar um grande projeto GEF, complementando o projeto ARPA, o GEF
234 marinho e trabalhar com os demais biomas do país, mas isso ainda está em fases de discussão
235 interna. A **Sra. Raquel (?) (MPOG)** solicitou a palavra para entregar um PPA de bolso, que
236 constitui agendas transversais. O **Sr. Braulio Dias** encerrou a reunião da parte da manhã e em
237 seguida foi dada uma pausa para o almoço. A Sra. Daniela Oliveira reabriu a reunião às 14h30 e
238 solicitou que a Sra. Andréia fizesse uma breve apresentação sobre a **oBolsa Verde**. A **Sra.**
239 **Andréia (?) (MMA)** iniciou sua apresentação esclarecendo que a **oBolsa Verde** tem como
240 nome oficial: **Programa de Apoio à Conservação Ambiental**. Esclareceu que este programa tem

241 duplo objetivo, primeiro a questão da conservação ambiental e segundo a erradicação da
242 extrema pobreza que está no âmbito do plano Brasil Sem Miséria. Este plano foi instituído por
243 meio de medida provisória em junho de 2011 e já foi convertida em lei. Ele apresenta duas
244 condições: 1) para famílias em situação de extrema pobreza, ou seja, que estejam com renda per
245 capta por família igual ou inferior a 70 reais e que esteja inscrito no Cadastro Único de
246 programas sociais do Governo Federal que é coordenado, gerido pelo Ministério do
247 Desenvolvimento Social; 2) essas famílias devem exercer atividades de conservação ambiental
248 em algumas áreas específicas. Essas áreas foram sinalizadas na lei, são elas: as unidades de
249 conservação de uso sustentável, Resex, RDS e Flonas. Foram inseridos também o PAE - Projeto
250 de Assentamento Agroextrativista, o PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável e o PAF-
251 Projeto de Assentamento Agroflorestal. Esclareceu que As Resex, RDS e Flonas são
252 assentamentos que tem além do objetivo da reforma agrária, também o objetivo de conservação
253 ambiental. Explicitou que a lei também citou expressamente os territórios ocupados por
254 ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais.
255 As famílias recebem o Bolsa Verde através do Bolsa Família em área do Estado da
256 Amazônia Legal e em 2012 será ampliado para o resto do país. O **Sr. Vitor Cantarelli**
257 questionou em como inserir o Programa de Quilômetros da Amazônia dentro do Bolsa Verde.
258 A **Sra. Andréia** recomendou que fosse encaminhada essa demanda para ela. Também
259 esclareceu que está sendo feito um programa de monitoramento realizado pelo SIPAM do
260 Ministério da Defesa e homologado pelo IBAMA, que por meio de imagens de satélite devem
261 fazer uma análise do monitoramento da cobertura vegetal e desmatamento, utilizando também
262 informações do DETER e de focos de calor. O **Sr. Alberto (Contag)** colocou algumas
263 preocupações que ele tem em relação à metodologia empregada para determinar os
264 assentamentos e em relação ao Bioma Caatinga. A **Sra. Maria Adélia** também colocou algumas
265 observações a respeito do Bolsa Verde, que no caso da Caatinga muitas áreas de Reserva
266 Legal são utilizadas para gerar lenha para os carvoeiros, isto significa que Reserva Legal
267 praticamente não existe na Caatinga, a segunda questão é que não se deve focar somente nas
268 famílias do bioma Amazônia mas também focar nos outros biomas, como a Caatinga, onde as
269 taxas de desmatamento são altíssimas. O **Sr. Maximiliano Arienzo** enfatizou a necessidade de
270 se incluir outros biomas nesse programa, principalmente o semi-árido, que é a maior área
271 desertificada e degradada do país, e seria uma tentativa de tirar um pouco o foco da Amazônia
272 para ser levado em consideração em planos internacionais. O **Sr. Vitor Cantarelli** colocou
273 também da necessidade desse programa ter um objetivo em que se possa embutir uma
274 qualificação, o desenvolvimento de algum tipo de manejo, para que a família tenha que ter uma
275 meta a atingir. Finalizada a discussão sobre o Bolsa Verde a **Sra. Daniela Oliveira** passou
276 para o assunto de deliberação, que seria o calendário de reuniões ordinárias da CONABIO para
277 2012 em que foram estabelecidas as possíveis datas para 2012. O **Sr. David Oren** solicitou
278 fazer sua apresentação sobre a Câmara Técnica Permanente de Coleções. Iniciou sua
279 apresentação falando sobre o livro laranja e que foi produzido com grupo de trabalho de
280 especialistas, inclusive, com cálculos de quanto se custaria para adequar as principais coleções
281 biológicas nacionais às normas de segurança, conservação, garantir que existam curadores,
282 dentre outros. Ressaltou que essa Câmara Técnica se torne permanente dentro do âmbito da
283 CONABIO e que fique sob a coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia, e Inovação.
284 Informou que foi formalizada a Câmara Técnica de Coleções, que tem representação das
285 principais sociedades nacionais de zoologia, botânica e microbiologia, com representação do
286 MMA, MEC, FIOCRUZ, e que foi difícil iniciar as reuniões da Câmara Técnica de Coleções
287 em função de modificações que aconteceram na administração da parte de biodiversidade dentro
288 do Ministério de Ciência e Tecnologia. Houve uma reunião de trabalho, com a perspectiva de

289 escrever o novo plano plurianual que é a maneira que o Governo Federal se organiza de quatro
290 em quatro anos, para se ter uma atualização do orçamento de quais são as demandas das
291 coleções biológicas em termos de infra estrutura, bolsas e mão-de-obra qualificada. Informou
292 que em princípio foi organizada uma reunião para fevereiro de 2011, que era o momento
293 estratégico para o plano plurianual, mas, infelizmente, não foi possível ter a reunião em função
294 da parte financeira. Em seguida relatou que houve uma reunião pós-plano plurianual nos dias 27
295 e 28 de setembro de 2011, uma oficina com a Câmara Técnica expandida que, além dos
296 representantes formais, também foram convidados representantes de algumas das coleções
297 biológicas mais importantes, o IMPI estava representado pelo Museu de Zoologia da USP e
298 vários herbários e o Museu Goeldi, para atualizar o cálculo do que é a demanda. O primeiro dia
299 foi a atualização das tabelas que, infelizmente, ainda não estão prontas. Depois houve o
300 Congresso Brasileiro de Microbiologia. Informou que não tem recebido as planilhas finais. As
301 coleções biológicas estão formalmente no plano plurianual para 2012 a 2015 com o valor global
302 perante essa demanda de 400 a 600 milhões de reais em dez anos, para esse período de quatro
303 anos. O que existe no orçamento para investir nas coleções de 5,7 milhões, em quatro anos é
304 muito aquém da demanda. Colocou a necessidade de que seja formado um conselho nacional
305 com poderes deliberativos acerca das coleções biológicas para não ficar apenas consultivo e
306 suprir esta demanda. Passou então para o próximo assunto sobre o **GBIF- Global Biodiversity**
307 **Information Facility**, Plataforma Global para Informações sobre Biodiversidade. Informou que
308 está inserido dentro da Organização para o Desenvolvimento Econômico e Comercial ó OCDE.
309 Informou que site do Global Biodiversity Information Facility, Plataforma Global para
310 Informações sobre a Biodiversidade, este em pleno funcionamento desde 2007 até 2011. No
311 total são 310 milhões de registros disponíveis. Só pode colocar no GBIF quem é associado, e o
312 Brasil, em especial, para o trabalho de polinizadores conseguiu inserir informações em função
313 da parceria com a IABIM. Informou que é um investimento de, no mínimo, 300 milhões de
314 euros, nos últimos dez anos. O Brasil está avançando agora nos programas, a estruturação para o
315 sistema de informações em biodiversidade e ecossistemas, e esse é o momento estratégico para
316 realmente se associar. Informou que é possível se associar como não votante para não haver
317 custos, mas que seria de extrema importância estratégica para o país, alavancar os 300 milhões
318 de euros, para beneficiar o sistema CIBER, e que seria bom ter o aval da CONABIO
319 recomendando que o país seja signatário. O **Sr. Miguel Trefaut** defendeu a participação do
320 Brasil como votante devido ao país ser líder mundial em biodiversidade biológica e também
321 para poder votar nas tomadas de decisões. Colocou também que o representante do Brasil deve
322 ser alguém que tenha experiência com coleções científicas e que a CONABIO exerce um papel
323 fundamental na escolha dessa pessoa. O **Sr. Maximilano Arienzo** disse que não há restrições
324 quanto ao MRE para o Brasil entrar no GBIF. A **Sra. Nanuza Menezes** se posicionou
325 colocando que seria de extrema importância que a CONABIO levasse essa proposta para o
326 Itamaraty. A **Sra. Daniela Oliveira** propôs discutir a agenda temática para o ano de 2012.
327 Foram feitas várias colocações e depois ela passou a palavra pra a Sra. Francisca Menezes. A
328 **Sra. Francisca Menezes** iniciou falando sobre o **TFCA ó Tropical Forest Conservation Act**.
329 Explanou sobre o que significa TFCA e que existe um acordo entre o Brasil e os Estados
330 Unidos, que foi assinado em 12 de agosto de 2010, mas só entrou em vigência no dia 22 de
331 setembro de 2010, diante de um acordo bilateral, que se criasse uma conta em que o Brasil
332 pagasse suas dívidas ao governo dos Estados Unidos utilizando esses recursos em conservação
333 de florestas tropicais. Foi estabelecido o comitê para administrar esta conta e que o Fundo
334 Brasileiro para a Biodiversidade viesse a ser a Secretaria ó Executiva do comitê da conta.
335 Explicou que o montante deverá ser depositado até 2015 chega a 20 milhões, e que visam
336 conservar e manter ou restaurar florestas tropicais na Mata Atlântica, na Caatinga, em suas

337 zonas de transição, no Cerrado também nas suas zonas de transição. Informou que o FUNBIO
338 lançou edital em seu site dia 7 de outubro de 2011 para que os interessados apresentem os seus
339 projetos até 7 de novembro de 2011. Achou necessário também colocar que os proponentes dos
340 projetos são organizações não governamentais brasileiras, cuja missão institucional esteja
341 vinculada ao meio ambiente, florestas ou povos indígenas, especialmente, aquelas envolvidas
342 em atividades de desenvolvimento, educação, pesquisa, científica ou manejo florestal,
343 associações, outras instituições, sem fins lucrativos, que possam em seus estatutos objetivos
344 voltados ao meio ambiente, florestas ou povos indígenas, especialmente, aquelas envolvidas em
345 atividade de desenvolvimento, educação, pesquisa científica ou manejo florestal, e instituições
346 de pesquisa e ensino que tenham trabalhos voltados para a conservação da biodiversidade do
347 meio ambiente, caso universidades públicas desejem participar, deve ser feito através de suas
348 fundações. Explicou que nenhuma instituição do Governo Federal, pública, ou municipal,
349 poderá apresentar projetos, tem que ser via uma organização. Foram instituídas câmaras técnicas
350 para avaliar as propostas que vão chegar, para cada uma das áreas foram instituídos o ministério
351 e peritos, especialistas, os quais irão fazer a análise técnica para emitir os pareceres. Concluiu
352 dizendo que o primeiro edital está oferecendo 16,5 milhões, e cada projeto recebe entre 200 a
353 500 mil reais, sendo que terão duração de 36 meses. Em seguida a **Sra. Glaucia Zerbini** relatou
354 sobre as Câmaras Técnicas existentes da CONABIO. A **Sra. Daniela Oliveira** explicou que
355 com relação a Câmara Técnica permanente de espécies ameaçadas de extinção deve ser revista a
356 lista de espécies que estão sendo feitas. O **Sr. Vitor Cantarelli** colocou sua preocupação com
357 relação aos planos de ação para espécies ameaçadas, pois até agora somente o do Mico-Leão
358 Dourado foi realmente feito. A **Sra. Maria Adélia** colocou que as reuniões dos PANS estão
359 tratando do que é chamado de revigoramento populacional, que envolve o plano de ação e que
360 também inclui também a parte de recuperação. A **Sra. Daniela Oliveira** propôs fazer a sua
361 apresentação sobre o Programa Nacional de Ecossistema de Floresta para a próxima reunião,
362 agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião às 17h00. Eu, Juliana C. F. Mattos por
363 solicitação do Presidente lavrei a presente ATA.

364

365

366 ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI DANIELA AMÉRICA SUAREZ OLIVEIRA

367 Presidente

Secretária Executiva